

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bombinhas.

Júlio César Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Bombinhas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o presente Decreto Legislativo:

## REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBINHAS

### TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - A Câmara Municipal de Bombinhas é o órgão legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos nas condições e termos da legislação vigente.

**Art. 2º** - A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º.- A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§ 2º.- A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.

§ 3º.- A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º.- A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político - administrativas.

§ 5º.- A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.

§ 6º.- A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.

§ 7º.- A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

§ 8º.- As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.

**Art. 3º** - A Sede da Câmara Municipal está localizada na Rua Baleia Jubarte, nº344, Bairro José Amândio, onde serão realizados os atos do Poder Legislativo.

~~Parágrafo único. As reuniões Ordinárias da Câmara ocorrerão todas as segundas feiras, exceto feriados, às 19:00 (dezenove horas). (NR Decr. Leg. 072/2013)~~

**Parágrafo único. As reuniões Ordinárias da Câmara ocorrerão todas as segundas feiras, exceto feriados, às 18:00 (dezoito horas). (NR Decr. Leg. 076/2013)**

**Art. 4º** - Cada Legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.

~~**Art. 5º** - A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, de primeiro (1º) de fevereiro a quinze (15) de dezembro. (NR\* Decr. Leg. 040/2004)~~

**Art.5º** A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, de 02(dois) de janeiro a 30(trinta) de junho e de 1º(primeiro) de agosto a 22 de dezembro. (NR Decr. Leg. 001/2017)\*

~~§ 1º. Os períodos de dezesseis (16) de dezembro a trinta e um (31) de janeiro são considerados de recesso legislativo. (NR\* Decr. Leg. 040/2004)~~

§ 1º.- Os períodos de 1º (primeiro) de julho a 31(trinta e um) de julho e de 22 (vinte e dois) de dezembro a 1º (primeiro) de janeiro são considerados de recesso legislativo. (NR Decr. Leg. 001/2017)\*

\* Vigência a partir de 01 de janeiro de 2018. (Art. 2º Decr. Leg. 001/2017)

§ 2º.- As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo.

## CAPÍTULO II

### DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS E DA POSSE

#### SEÇÃO I

##### DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO E POSSE

~~Art. 6º - A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial às vinte horas do dia primeiro de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares como Secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia:~~

**Art. 6º** A Câmara Municipal instalar-se-á, em Sessão Especial às 09h00 (nove horas) do dia primeiro de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares como Secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: (NR Decr. Leg. 001/2017)

- I- Compromisso, posse e instalação da legislatura;
- II- Compromisso e posse do Prefeito e Vice-prefeito.

**Art. 7º** - Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio pelo Secretário, sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se estes assim o quiserem.

§ 1º.- No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: “PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO”. Em seguida, o Secretário fará a chamada de cada Vereador, que de pé, com o braço estendido para frente, declarará em voz alta: “ASSIM PROMETO”.

§ 2º.- Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: “DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO”.

§ 3º.- Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o seguinte compromisso: “PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO E EXERCER O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO PELO POVO DE BOMBINHAS, NA DEFESA DA JUSTIÇA SOCIAL E DA EQUIDADE DOS MUNICÍPIES.”

§ 4º.- O Presidente concederá a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultando a mesma ao Vice-Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.

§ 5º.- Após a solenidade, o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado.

§ 6º.- Conhecido o resultado de eleição da Mesa Diretora, o Presidente proclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.

§ 7º.- O prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores eleitos deverão apresentar seus diplomas e declarações de bens à Secretaria Administrativa da Câmara, vinte e quatro horas antes da Sessão.

§ 8º.- Não havendo quorum para se proceder a eleição da Mesa Diretora, o Vereador escolhido como Presidente, na forma do artigo 6º., permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

**Art. 8º** - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no artigo 6º. deste Regimento, deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único- O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.

## SEÇÃO II

### DA INAUGURAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA ANUAL

~~Art. 9º - No dia quinze de fevereiro a Câmara Municipal reunir-se-á às dezenove horas, em sessão de cunho solene e festivo para a inauguração da Sessão Legislativa Anual.~~

~~§ 1º. Na primeira parte da sessão o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara.~~

~~§ 2º. Na Segunda parte o Presidente facultará a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores para pronunciamento sobre o evento, encerrando-se em seguida a sessão.~~

**Art. 9º** Na primeira Sessão Ordinária após o recesso legislativo a Câmara de Vereadores se reunirá em cunho solene e festivo para a inauguração da Sessão Legislativa Anual.

§1º Na primeira parte da Sessão serão tratadas as matérias constantes na Ordem do Dia.

§2º Na segunda parte da Sessão o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos Representantes do Povo com assento na Câmara e, logo em seguida, facultará a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores para pronunciamento sobre o evento. (NR Decr. Leg. 072/2013)

## TÍTULO II

### DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

#### DA MESA DA CÂMARA

#### SEÇÃO I

#### DA ELEIÇÃO, FORMAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA MESA

~~Art. 10- A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos por votação nominal, cargo a cargo, respeitado o critério da proporcionalidade dos partidos ou blocos partidários.~~

**Art. 10.** A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos por voto aberto e nominal, nas respectivas chapas inscritas que deverão respeitar quando possível o critério da proporcionalidade dos partidos políticos. (NR Decr. Leg. 072/2013)

~~**Art. 11-** O mandato da Mesa será de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.~~

**Art. 11 -** O mandato da Mesa será de dois anos, permitida a reeleição para todos os cargos na eleição imediatamente subsequente. (NR Decr. Leg. 072/2013)

**Art. 12-** A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

~~**Art. 13-** As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até o dia da eleição.~~

~~**Art. 13**— As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até às 16:00 horas do dia da eleição. (NR Decr. Leg. 072/2013)~~

**Art. 13.** As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até uma hora antes do início da Sessão em que ocorrerá a eleição. (NR Decr. Leg. 001/2017)

§ 1º.- Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

§ 2º.- O Vereador só poderá participar de uma chapa e, mesmo no caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.

§ 3º.- Havendo desistência justificada de algum membro de chapa inscrita, que deverá ser sempre por escrito, este poderá ser substituído até antes da sessão em que ocorrerá a eleição.

**Art. 14-** A eleição da Mesa para o segundo biênio far-se-á na última sessão ordinária da segunda Sessão Legislativa considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente.

**Art. 15-** Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores ainda que tenham participado da Mesa ocupando o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.

**Art. 16-** O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

~~**Art. 17-** Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á a nova eleição no qual considerar-se-á eleito o mais votado ou, no caso de empate, o mais idoso.~~

**Art 17 -** Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos entre os vereadores presentes e, no caso de empate, será considerada eleita a chapa encabeçada pelo Vereador mais idoso. (NR Decr. Leg. 072/2013)

**Art. 18-** Os Vereadores eleitos para a Mesa no primeiro biênio da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.

**Art. 19-** Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

**Art. 20-** Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
- II - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer.
- III - licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo por motivo de doença comprovada;

~~IV—houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.~~

**IV –** houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular. (NR Decr. Leg. 001/2017)

**Art. 21-** A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo Primeiro Secretário.

**Art. 22-** A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalectido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de dois terços dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.

**Art. 23-** Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto neste Regimento.

Parágrafo único- No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no caput deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DA MESA

**Art. 24-** A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

**Art. 25-** Compete, dentre outras atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara, especialmente:

I - propor projetos que disponham sobre sua organização, funcionamento, segurança e serviços, bem como criação, transformação ou extinção de cargos e funções e, fixar os respectivos vencimentos, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

~~II - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações e vantagens, licenças, colocar em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara, nos termos da lei;~~ **(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

III - propor a cada ano, seu orçamento para o ano seguinte, bem como a abertura de créditos adicionais dentro do exercício;

IV - declarar a perda do mandato de Vereador, nos casos previstos neste Regimento, de ofício, mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Câmara;

V - provocar a manifestação do Plenário através de projeto de decreto legislativo que disponha sobre a perda de mandato de Vereador;

~~VI - deliberar quanto à concessão da Tribuna Popular nos termos deste Regimento;~~ **(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

VII - conceder licença a Vereador;

VIII - superintender os serviços administrativos da Câmara e elaborar seu regulamento, interpretando conclusivamente, em grau de recurso, os seus dispositivos;

~~IX - enviar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia quinze de abril, as contas do exercício anterior;~~ **(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

X - deliberar sobre todos os atos que digam respeito a procedimentos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, em relação aos funcionários da Câmara;

XI - dispor sobre a divulgação dos trabalhos nas sessões plenárias e reuniões das Comissões;

~~XII - distribuir, quinzenalmente, relação especificando os projetos em tramitação na Câmara;~~ **(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

~~XII - Publicar no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores a relação dos projetos em trâmite no legislativo. (NR Decr. Leg. 072/2013) (Revogado, Decr. Leg. 001/2017)~~

~~XIII - fazer publicar leis, resoluções e decretos legislativos promulgados, bem como atos administrativos que digam respeito a pessoal, licitações, contratações de serviços e outros;~~ **(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

~~XIV - divulgar relação contendo o número de funcionários por classe de cargos e respectivas remunerações totais;~~ **(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

XV - determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos.

XVI - apresentar projeto de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

XVII - apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamento do Prefeito;

XVIII - elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;

~~XIX - representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município;~~  
**(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

XX - baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;

XXI - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

~~XXII - proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;~~  
**(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

XXIII - enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município;

XXIV - proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;

~~XXV - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara.~~  
**(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

XXVI - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XXVII - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;

XXVIII - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

**Art. 26-** O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelo Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente.

**Art. 27-** Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário, sendo este último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do Primeiro e Segundo Secretários.

**Art. 28-** A Mesa reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação de edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

### SEÇÃO III

#### DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS MEMBROS DA MESA

**Art. 29-** O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a, e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

**Art. 30-** Compete ao Presidente da Câmara:

I - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;

II - representar a Câmara em Juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;

III - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;

IV - credenciar agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V - fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;

VI - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e hora prefixados;

VII - requisitar a força, quando necessária à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;

VIII - empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito, quando se tratar de Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura dos mesmos perante o Plenário;

IX - declarar extintos os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;

X - convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XI - declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XII - assinar, juntamente com o Primeiro Secretário, as resoluções e decretos legislativos;

XIII - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;

b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;

d) determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;

f) manter a ordem no recinto da Câmara concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) resolver as questões de ordem;

h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos casos omissos;

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) proceder à verificação do quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

~~l) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo;~~

**l) encaminhar os projetos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo; (NR Decr. Leg. 072/2013)**

XIV - praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo notadamente:

a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;

b) encaminhar ao Prefeito por protocolo, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, para explicações, na forma regular;

d) requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;

e) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;

XV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVI - ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com outro Vereador expressamente designado para tal fim ou o Contador da Câmara;

XVII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII - apresentar ou colocar à disposição do Plenário mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;

XIX - administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XX - mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimento de situações;

XXI - exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

XXII - autografar os projetos de lei aprovados, para sua remessa ao Executivo;

XXIII - zelar para que os gastos da Câmara Municipal não excedam os limites previstos na Constituição da República, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável.

XXIV- autorizar o uso da Tribuna Popular nos termos deste Regimento; (AC Decr. Leg. 001/2017)

XXV- enviar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia quinze de abril, as contas do exercício anterior; (AC Decr. Leg. 001/2017)

XXVI- publicar no sitio eletrônico da Câmara de Vereadores a relação dos projetos em trâmite no Poder Legislativo; (AC Decr. Leg. 001/2017)

XXVII – fazer publicar leis, resoluções e decretos legislativos promulgados, bem como atos administrativos que digam respeito a pessoal, licitações, contratações de serviços e outros; (AC Decr. Leg. 001/2017)

XXVIII- divulgar relação contendo o número de funcionários por classe de cargos e respectivas remunerações totais; (AC Decr. Leg. 001/2017)

XXIX- proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara no final de cada exercício; (AC Decr. Leg. 001/2017)

**Art. 31-** O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos caso previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

**Art. 32-** O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

**Art. 33-** O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III - no caso de empate.

**Art. 34-** O vice-presidente da Câmara, salvo disposto no artigo 35 e seu parágrafo único e na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente na faltas e impedimentos, pela ordem.

**Art. 35-** O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo único- O disposto neste artigo aplica-se também, às leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.

**Art. 36-** Compete ao Primeiro Secretário:

~~I—organizar o Expediente e a Ordem do Dia;~~

**I - Organizar o Expediente e proceder a leitura das matérias constantes da Ordem do Dia; (NR Decr. Leg. 001/2017)**

~~II—fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências; (Revogado, Decr. Leg. 001/2017)~~

III - ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;

IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V - elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente;

VI - certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

VII - registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;



VIII - manter a disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais frequentes, devidamente atualizados;

IX - manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;

X - cronometrar o tempo das sessões e o do uso da palavra pelos Vereadores;

Parágrafo único- Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões em Plenário.

## SEÇÃO IV

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PLENÁRIO

**Art. 37-** O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º.- Local é o recinto de sua sede

§ 2º.- A forma legal para deliberar é a sessão;

§ 3º.- Número é o quorum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações;

§ 4º.- Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto durar a convocação;

§ 5º.- Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

~~**Art. 38-** São atribuições do Plenário:~~

**Art. 38 - São atribuições dos Vereadores em Plenário: (NR Decr. Leg. 001/2017)**

I - elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;

II - votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;

III - legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;

IV - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;

V - autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como, a forma e os meios de pagamento;

VI - autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VII - autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;

VIII - dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do município;

IX - autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;

~~X - criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos;~~

**X- dispor sobre a criação, alteração e extinção de cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos; (NR Decr. Leg. 001/2017)**

XI - dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XII - dispor sobre a fixação da zona urbana e de expansão urbana;

XIII - dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;

XIV - estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;

~~XV - estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;~~

**XV- dispor sobre o regime jurídico dos servidores municipais; (NR Decr. Leg. 001/2017)**

XVI - fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único- É de competência privativa do Plenário, entre outras:

I - eleger os membros de sua Mesa e destituí-los na forma regimental;

- II - elaborar e votar seu Regimento Interno;
- III - organizar os seus serviços administrativos;
- IV - conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;
- V - autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de quinze dias;
- VI - criar comissões permanentes e temporárias;
- VII - apreciar vetos;
- VIII - cassar o mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
- IX - tomar e julgar as contas do Município;
- X - conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
- XI - requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;
- XII - convocar os Secretários para prestar informação sobre matéria de sua competência.

## CAPÍTULO II DAS COMISSÕES

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 39-** As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de três Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:

- I - Comissões Permanentes;
- II - Comissões Especiais;
- III - Comissões Processantes;
- IV - Comissões de Representação;
- V - Comissões Parlamentares de Inquérito.

~~**Art. 40-** As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Secretários e Relatores, e prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos, sendo tudo transcrito em livro próprio.~~

**Art.40 - Os membros das Comissões, caso não haja consenso, serão escolhidos através de eleição entre os Vereadores, que elegerão também os respectivos Presidentes, Relatores e Secretários de cada Comissão. (NR Decr. Leg. 001/2017)**

§ 1º.- Na Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

**§ 2º.- O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante. (NR\* Decr. Leg. 039/2002)**

§ 3º.- O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o parágrafo primeiro deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.

**§ 4º. – O Presidente da Câmara não poderá atuar como Presidente de Comissão Permanente. (AC\* Decr. Leg. 039/2002)**

**Art. 41-** Durante o recesso, no término de cada sessão legislativa, haverá uma Comissão Representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do ano, observada a proporcionalidade partidária, constituída por número ímpar de Vereadores, presidida pelo Presidente da Câmara, com as seguintes atribuições e sistemática de trabalho:

- I - reunir-se extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;
- II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;
- IV - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias;

V - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou de interesse público relevante.

Parágrafo único- A Comissão Representativa apresentará à Mesa Diretora da Câmara, relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

## SEÇÃO II

### DAS COMISSÕES PERMANENTES

**Art. 42-** Às Comissões Permanentes incumbe:

I - estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário;

II - discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do Plenário, conforme disposto no artigo 43 deste Regimento Interno.

**Parágrafo único - As Comissões Permanentes são as seguintes:**

**I – Comissão de Legislação, Justiça e Redação;**

**II – Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização;**

**III – Comissão de Atividades Públicas e Privadas. (NR\* Decr. Leg. 039/2002)**

**Art. 43-** Às Comissões Permanentes, no âmbito de suas atribuições, cabe, se assim o quiserem, sem a discussão e a deliberação do Plenário, nos termos da Lei Orgânica do Município, discutir e votar projetos de lei, exceto quanto a:

I - projeto de lei complementar;

II - projetos de iniciativa de Comissões;

III - projetos de códigos, estatutos e consolidações;

IV - projetos de iniciativa popular;

V - projetos que tenham recebido pareceres divergentes;

VI - projetos em regime de urgência;

VII - alienação ou concessão de bens imóveis municipais;

VIII - alterações do Regimento Interno;

IX - autorização para todo e qualquer tipo de operação de natureza financeira de interesse do Município, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Municipal;

X - projetos que instituem impostos previstos na Lei Orgânica do Município;

XI - proposta de emenda à Lei Orgânica.

§ 1º.- Nas matérias em que as Comissões Permanentes sejam competentes para discutir e votar, encerrada a discussão e a votação, a decisão da Comissão será, em seguida, comunicada ao Presidente da Câmara que imediatamente dará ciência ao Plenário e publicará nas dependências da Câmara Municipal; e não havendo interposição de recurso, o projeto será encaminhado para a sanção e promulgação se aprovado, em caso contrário, arquivado pela Câmara.

§ 2º.- Havendo interposição de recurso para discussão e votação da matéria pelo Plenário da Câmara, o mesmo deverá ser feito no prazo de três dias, contados da ciência dada ao Plenário, referida no parágrafo primeiro deste artigo, assinado por um terço dos membros da Câmara e dirigido ao Presidente da Casa.

§ 3º.- Aplica-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões Permanentes, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário.

## SEÇÃO III

### DA FORMAÇÃO E MODIFICAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

~~**Art. 44-** Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, para toda a legislatura, mediante votação em escrutínio público, através de cédulas previamente elaboradas, impressas ou datilografadas, contendo os nomes dos Vereadores indicados pelos seus líderes, a legenda partidária e as respectivas Comissões.~~

**Art. 44** - Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos para toda a legislatura. (NR Decr. Leg. 001/2017)

§ 1º.- Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos não podendo ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes;

§ 2º.- O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de duas Comissões Permanentes. (AC\* Decr. Leg. 039/2002)

**Art. 45-** O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo único- Para efeito do disposto neste artigo, quando da substituição do membro, observar-se-á a condição prevista no parágrafo primeiro do artigo 40 deste Regimento.

**Art. 46-** Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, a três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo único- A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

~~**Art. 47-** As vagas nas Comissões Permanentes por impedimento, renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular e não sendo possível, far-se-á nova eleição. Persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.~~

**Art. 47** - As vagas nas Comissões Permanentes, por afastamento temporário, impedimento, renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de vereador, serão supridas pelos seus respectivos suplentes que automaticamente exercerão a função de Secretário das mesmas. (NR Decr. Leg. 001/2017)

§1º. Afastado o Presidente da Comissão, este será substituído pelo Relator; (AC Decr. Leg. 001/2017)

§2º. Afastado o Relator da Comissão, este será substituído pelo Secretário. (AC Decr. Leg. 001/2017)

## SEÇÃO IV

### DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**Art. 48-** As Comissões Permanentes só poderão reunir-se em regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de ofício, pelo Presidente da Câmara.

**Art. 49-** As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente, no curso da reunião Ordinária da Comissão.

Parágrafo único- As convocações extraordinárias das Comissões, fora da reunião, serão sempre por escrito, com vinte e quatro horas de antecedência.

**Art. 50-** Das reuniões de Comissões Permanentes, lavrar-se-ão atas, em livro próprio, pelo Secretário incumbido de assessorá-la, as quais serão assinadas pelos seus respectivos Presidentes.

**Art. 51-** Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:

- I - convocar reuniões extraordinárias da Comissão;
- II - presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
- III - receber as matérias destinadas à Comissão;
- IV - fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;
- V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;

VII - avocar o expediente, para emissão do parecer em quarenta e oito horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.

**Art. 52-** Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

~~**Art. 53-** É de dez dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.~~

**Art. 53 -** É de 15 (quinze) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data de recebimento da matéria. (NR Decr. Leg. 072/2013)

§ 1º.- O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação das contas do Município.

§ 2º.- O prazo a que se fere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.

**Art. 54-** Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo único- Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no artigo 53.

~~**Art. 55-** Esgotado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.~~

**Art. 55 -** Esgotado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia para a devida deliberação pelo plenário.(NR Decr. Leg. 072/2013)

**Art. 56-** Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos e nas situações de que trata o artigo 55 e, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, na hipótese prevista no parágrafo segundo do artigo 123 deste Regimento. (NR\* Decr. Leg. 039/2002)

## SEÇÃO V

### DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DE CADA COMISSÃO PERMANENTE

**Art. 57-** Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.

§ 1º.- Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara, se o parecer contrário for pela unanimidade dos membros da Comissão.

§ 2º.- Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

§ 3º.- A Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

§ 4º.- A Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

I - organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;

II - criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;

III - aquisição e alienação de bens e imóveis do Município;

IV - concessão de licença ao Prefeito;

V - alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;

VI - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;

VII - veto;  
VIII - emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;  
IX - concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;  
X - todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões,  
XI - declaração de utilidade pública municipal, a entidades que possuem fins filantrópicos;  
XII - desapropriações para fins de utilidade pública;  
XIII - direitos e deveres do mandado de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito e respectiva perda de mandato.

**Art. 58-** Compete a Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro, tributário e as seguintes: (AC\* Decr. Leg. 039/2002)

I - diretrizes orçamentárias;  
II - proposta orçamentária e o plano plurianual;  
III - matéria tributária;  
IV - abertura de créditos, empréstimos públicos;  
V - proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município;  
VI - proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;  
VII - fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;  
VIII - fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores;  
IX - exercer o acompanhamento da execução orçamentária;  
X - exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de gestão da execução das políticas públicas, programas de obras e planos de desenvolvimento do Município e dos entes da administração direta e indireta, bem como da arrecadação tributária, proporcionando a transparência da gestão fiscal;  
XI - receber denúncias e reclamações de Vereadores e dos demais cidadãos referentes ao gerenciamento das verbas públicas, devendo tomar medidas administrativas para apreciar as supostas irregularidades;  
XII - apreciação da prestação de contas do Executivo;  
XIII - viabilizar a divulgação das contas públicas aos contribuintes, ficando à disposição destes, na sede do Poder, para exame, apreciação e questionamentos nos termos da Constituição Federal, artigo 31, parágrafo terceiro e artigo 49 da Lei Complementar nº. 101/00;  
XIV - velar pela real aplicação e eficácia no cumprimento das leis municipais em vigor junto ao Executivo;  
XV - receber e encaminhar queixas sobre violações das normas legais em vigor,  
XVI - propor a edição anual das leis e demais normas municipais em vigor;  
XVII - propor a revogação ou revisão de normas em desuso no âmbito de sua competência;  
XVIII - sugerir a Mesa medidas administrativas ou judiciais contra quem de direito, visando conferir eficácia às leis e normas municipais em vigor.

**Art. 59-** Compete a Comissão de Atividades Públicas e Privadas apreciar e manifestar-se quanto ao mérito sobre todas as matérias relacionadas à Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Desporto, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, Administração, Serviços Públicos e Planejamento. (NR\* Decr. Leg. 039/2002)

**Art. 60-** Os campos temáticos ou áreas de atividades de cada Comissão Permanente abrangem ainda os órgãos e programas governamentais com ele relacionados e respectivo acompanhamento e fiscalização orçamentária. (NR\* Decr. Leg. 039/2002)

**Art. 61-** Na ocorrência de situações que exijam acompanhamento parlamentar emergencial, é facultada a criação de subcomissão junto às Comissões Permanentes, sempre no âmbito de suas competências originais, das quais participem o primeiro subscritor do requerimento aprovado em Plenário e outros parlamentares. (NR\*Decr. Leg. 039/2002)

**Art. 62-** Revogado. (Decr. Leg. 039/2002)

**Art. 63-** O estudo de qualquer matéria, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo único - Nas reuniões conjuntas observar-se-á as seguintes normas:

I - em cada Comissão deverá estar presente à maioria de seus membros;

II - o estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;

III - cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único;

IV - o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

**Art. 64-** É vedado a qualquer Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

**Art. 65-** Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do artigo 63 deste Regimento.

## SEÇÃO VI

### DAS COMISSÕES ESPECIAIS, PROCESSANTES E DE REPRESENTAÇÃO

**Art. 66-** As Comissões Especiais destinadas a proceder ao estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo serão criadas através de resolução, aprovada em Plenário por maioria absoluta, proposta pela Mesa ou mediante requerimento de, pelo menos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.

§ 1º.- O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidárias ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§ 2º.- A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§ 3º.- A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter a assinatura de, pelo menos, dois de seus membros.

§ 4º.- No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.

§ 5º.- Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

**Art. 67-** A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na lei federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.

**Art. 68-** As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município e atender as disposições previstas no artigo 41.

## SEÇÃO VII

### DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

~~**Art. 69-** A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionará na sede da Câmara, através de resolução baixada pela Presidência, no prazo de quarenta e oito horas, contadas da leitura do requerimento~~

em Plenário, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º. ~~Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.~~

§ 2º. ~~O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidárias ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.~~

§ 3º. ~~Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.~~

§ 4º. ~~Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.~~

§ 5º. ~~A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:~~

- ~~I— proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;~~
- ~~II— requisitar de seus responsáveis à exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;~~

§ 6º. ~~No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:~~

- ~~I— determinar as diligências que achar necessária;~~
- ~~II— requerer a convocação de secretários municipais;~~
- ~~III— tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;~~
- ~~IV— proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.~~

§ 7º. ~~As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.~~

§ 8º. ~~Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.~~

§ 9º. ~~Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.~~

§ 10. ~~Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:~~

- ~~I— não tenha participação nos debates;~~
- ~~II— conserve-se em silêncio durante os trabalhos;~~
- ~~III— não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;~~
- ~~IV— atenda às determinações do Presidente.~~

§ 11. ~~A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:~~

- ~~I— a exposição dos fatos submetidos à apuração;~~
- ~~II— a exposição e análise das provas colhidas;~~



~~III – a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;  
IV – a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;  
V – a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;  
VI – a indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.~~

~~§ 12 – Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.~~

~~§ 13 – Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.~~

~~§ 14 – O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independe de apreciação do Plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.~~

~~§ 15 – A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento.~~

**Art. 69** - A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, poderá criar Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionará na sede da Câmara, através de Resolução baixada pela Presidência, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º- Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver caracterizado no requerimento, devidamente acompanhado com documentos que demonstrem os indícios da materialidade do fato determinado, bem como caracterizado na Resolução de criação da Comissão.

§ 2º- O requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito será lido na primeira Sessão Ordinária posterior ao seu protocolo e será imediatamente encaminhado para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que no prazo máximo de quinze dias, irá se manifestar sobre o preenchimento dos requisitos legais e constitucionais de admissibilidade de sua criação.

§ 3º- Caso o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação seja pela inadmissibilidade da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, caberá recurso desta decisão ao Plenário, que por maioria simples poderá acolher o requerimento de instalação.

§ 4º- Concluída a fase de admissibilidade, imediatamente os vereadores interessados em participar da Comissão Parlamentar de Inquérito serão escolhidos por votação entre os vereadores, em reunião marcada para esta finalidade e, a Presidência, mediante Resolução e já conhecidos os vereadores que farão parte, criará a Comissão Parlamentar de Inquérito no prazo de quarenta e oito horas contados da manifestação favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ou da decisão de provimento do recurso pelo Plenário;

§ 5º- Definidos os nomes de quem participará da Comissão e não havendo consenso na composição dos cargos da Comissão Parlamentar de Inquérito, será feita uma eleição entre os Vereadores membros para definição.

§ 6º- Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§ 7º- Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

§ 8º- A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:

I - proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis à exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.

§10.- No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I - determinar as diligências que achar necessária;

II - requerer a convocação de secretários municipais;

III - tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV - proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

§11.- As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.

§12º.- Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.

§13º- A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina ao final da legislatura.

§14º.- Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

§ 15 - Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

I - não tenha participação nos debates;

II - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

III - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;

IV - atenda às determinações do Presidente.

§ 16 - A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

I - a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II - a exposição e análise das provas colhidas;

III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;

VI - a indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

§ 17 - Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.

§ 18 - Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 19 - O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente no prazo de 15 di-

as contados da leitura em plenário, dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

§ 20 - A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento. (NR Decr. Leg. 001/2017)

## TÍTULO III

### DOS VEREADORES

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### SEÇÃO I

##### DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

**Art. 70-** Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direto.

**Art. 71-** É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;

II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;

V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

#### SEÇÃO II

##### DAS VEDAÇÕES, PERDA DO MANDATO E FALTA DE DECORO

**Art. 72-** É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do artigo 38 da Constituição Federal.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerado “ad nutun”, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I deste artigo.

**Art. 73-** Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 72;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que utilizar o mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º.- Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 2º.- Nos casos previstos nos incisos III a VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3º.- O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos primeiro e segundo deste artigo, o estabelecido em lei federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

§ 4º.- Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I - advertência em Plenário;

II - cassação da palavra;

III - determinação para retirar-se do Plenário;

IV - suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da presidência;

V - proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.

§ 5º.- Considera-se atentatório do decoro parlamentar, quando o detentor do uso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 6º.- É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

### SEÇÃO III

#### DAS PENALIDADES POR FALTA DE DECORO

~~**Art. 74-** As infrações definidas nos parágrafos quinto e sexto do artigo 72 acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:~~

**Art. 74 -** As infrações definidas nos parágrafos quinto e sexto do artigo 73 acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação: (NR Decr. Leg. 072/2013)

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;

III - perda do mandato.

**Art. 75-** A censura será verbal ou escrita:

§ 1º.- A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

I - inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões.

§ 2º.- A censura escrita será imposta pela Mesa, ao Vereador que:

I - na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias do decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

**Art. 76-** Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

I - reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 75;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido, devam ficar secretas;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenham tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar sem motivo justificado, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou a dez intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.

§ 1º.- Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada por maioria simples do Plenário, assegurada ampla defesa ao infrator.

§ 2º.- Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

## SEÇÃO IV

### DA EXTINÇÃO DO EXERCÍCIO DA VEREANCIA (NR Decr. Leg.0001/2017)

**Art. 77-** Extingue-se o mandato de Vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido neste Regimento;

III - deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente, para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;

IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou neste Regimento.

**Art. 78-** A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo único- Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador, o Prefeito Municipal ou o Presidente do Partido Político, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a lei federal.

**Art. 79-** A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida, reputando-se aberta à vaga a partir da sua leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo Primeiro Secretário.

## SEÇÃO V

### DO PROCESSO DESTITUITÓRIO

**Art. 80-** Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.

§ 1º.- Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo Primeiro Secretário, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de quinze dias e arrolar testemunhas até o máximo de três, sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º.- Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de cinco dias;

§ 3º.- Se não houver defesa, ou se havendo e o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de três para cada lado;

§ 4º.- Não poderá funcionar como relator o membro da Mesa.

§ 5º.- Na sessão o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º.- Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá trinta minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º.- Se o Plenário decidir por dois terços de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

## CAPÍTULO II

### DAS LICENÇAS E DAS VAGAS

**Art. 81-** O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:

I - por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;

II - para tratar de interesse particular, conforme dispuser a Lei Orgânica;

III - para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º.- Ao Vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmara poderá determinar o pagamento de auxílio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.

§ 2º.- Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou Secretário Municipal.

§ 3º.- Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.

§ 4º.- Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse no prazo de quinze dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 5º.- Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas ao Tribunal Regional Eleitoral, a quem compete realizar eleição para preenchê-la se faltarem mais de dezoito meses para o término do mandato.

§ 6º.- Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo quinto deste artigo não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

## CAPÍTULO III

### DOS LÍDERES

**Art. 82-** Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

**Art. 83-** A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos Políticos, à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 1º.- Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara.

§ 2º.- Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada;

§ 3º.- Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada;

§ 4º.- Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no caput deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara;

§ 5º.- Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.

**Art. 84-** Os líderes terão um terço a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no artigo 159, itens I a IV deste Regimento.

Parágrafo único- Para fazer comunicação em nome de seu partido, o líder poderá usar da palavra por cinco minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

## CAPÍTULO IV

### DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

**Art. 85-** As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

**Art. 86-** São impedimentos do Vereador aqueles indicados na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

## CAPÍTULO V

### DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

~~**Art. 87-** Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, no último ano da legislatura para vigor na subsequente, até trinta dias antes das eleições municipais, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.~~

**Art.87 - Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, no último ano da legislatura para vigor na subsequente, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Estadual, Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município. (NR Dec. Leg. 001/2017)**

~~§ 1º. Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quorum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.~~

~~§ 2º. A mesma lei que fixará os subsídios dos Vereadores fixará também o valor da parcela indenizatória, a ser pago aos Vereadores, por sessão extraordinária e ao ocupante do cargo de Presidente, observado o limite estabelecido na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.~~

~~§ 3º. Em nenhuma hipótese será remunerada mais de uma sessão extraordinária por dia, qualquer que seja a sua natureza. (Revogado, Decr. Leg. 001/2017)~~

~~**Art. 88-** Os subsídios e a parcela indenizatória fixada na forma do artigo 87 poderão ser revistos anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município.~~

~~§ 1º. Na fixação dos subsídios de que trata o artigo 87 e na revisão anual prevista no caput deste artigo, além de outros limites previstos na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica, serão ainda observados os seguintes:~~

~~I—o subsídio máximo do Vereador corresponderá a:~~

~~—vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de até dez mil habitantes;~~

~~—trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de dez mil e um a cinquenta mil habitantes;~~

~~II—o total da despesa com os subsídios e a parcela indenizatória previstos nesta lei não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, nem o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal previsto em lei complementar federal.~~

~~§ 2º. Para os efeitos do inciso II do parágrafo primeiro deste artigo, entende-se como receita do Município, o somatório de todas as receitas, exceto:~~

~~I – a receita de contribuição de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, e destinados a seus servidores;~~

~~II – operações de crédito;~~

~~III – receita de alienação de bens móveis e imóveis;~~

~~IV – transferências oriundas da União ou do Estado através de convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo. (Revogado,~~

~~Decr. Leg. 001/2017)~~

## TÍTULO IV

### DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

**Art. 89-** Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

**Art. 90-** São modalidades de proposição:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica;

II - projeto de lei complementar;

III - projetos de lei;

IV - projetos de decreto legislativo;

V - projetos de resolução;

VI - projetos substitutivos;

VII - emendas e subemendas;

VIII - vetos;

IX - pareceres das Comissões Permanentes;

X - relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

XI - indicações;

XII - requerimentos;

XIII - representações;

XIV - moções.

**Art. 91-** As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor.

§ 1º.- Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio às assinaturas que se seguirem à primeira.

~~§ 2º.- Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.~~

~~§2º- Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua leitura em Plenário. (NR Decr. Leg. 001/2017)~~

**Art. 92-** Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

**Art. 93-** As proposições consistentes em proposta de emenda à Lei Orgânica, projetos de lei complementar, projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.

Parágrafo único- Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

#### CAPÍTULO II

##### DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE



**Art. 94-** Os projetos de lei ordinária e de lei complementar são proposições que tem por fim regular toda a matéria legislativa de competência da Câmara, sujeita à sanção do Prefeito.

**Art. 95-** A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.

Parágrafo único- O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total de eleitores do Município.

**Art. 96-** Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;

III - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

IV - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente.

V - qualquer matéria de natureza regimental;

~~**Art. 97-** Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:~~

**Art. 97** Destinam-se as Resoluções a regular, com eficácia de Lei ordinária, matérias da competência privativa da Câmara de Vereadores, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos como: **(NR Decr. Leg. 072/2013)**

I - perda de mandato de Vereador;

II - concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;

IV - conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;

V - todo e qualquer assunto de sua organização economia interna, de caráter geral ou normativo.

**Art. 98-** Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único- Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

**Art. 99-** Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

~~§ 1º- As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas;~~

**§1º- As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas, modificativas e de redação; (NR Decr. Leg. 001/2017)**

§ 2º.- Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra;

§ 3º.- Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;

§ 4º.- Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra;

~~§ 5º.- Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra;~~

~~§ 6º.- A emenda apresentada à outra emenda denomina-se subemenda.~~

**§5º- Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a proposição sem a modificar substancialmente;**

**§6º- Emenda de redação é a proposição que visa melhorar e adequar o texto, sem modificar seu conteúdo, sanando vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto, bem como providenciar eventuais renumerações de artigos, parágrafos, incisos e alíneas;**

**§7º- A emenda apresentada à outra emenda denomina-se subemenda. (AC Decr. Leg.001/2017)**

**Art. 100-** Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

**Art. 101-** Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo único- O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.

**Art. 102-** Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo único- Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

**Art. 103-** Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.

**Art. 104-** Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando a destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único- Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativa.

**Art. 105-** Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

§ 1º.- A moção, depois de lida no Grande Expediente será despachada à Ordem do Dia da mesma reunião, independentemente de parecer de Comissão, para ser submetida à deliberação do Plenário.

§ 2º.- Poderão ser expedidas moções na forma de diploma, a personalidades, empresas, entidades e órgãos públicos ou privados, contendo as assinaturas do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador autor da proposição.

§ 3º.- No caso de proposição com mais de um autor o diploma conterá apenas as assinaturas do Presidente e do primeiro signatário.

## SEÇÃO ÚNICA DOS REQUERIMENTOS

**Art. 106-** Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§ 1º.- Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

- I - a palavra ou desistência dela;
- II - permissão para falar sentado;
- III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV - observância de disposição regimental;
- V - retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;
- VI - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;
- VII - justificativa de voto e sua transcrição em ata;
- VIII - verificação de quorum;
- IX - licença de Vereador para ausentar-se da sessão.

§ 2º.- Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

- I - prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;
- II - dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;
- III - destaque de matéria para votação;
- IV - votação a descoberto;

- V - encerramento de discussão;
- VI - inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;
- VII - votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;
- VIII - impugnação ou retificação da ata;
- IX - manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;
- X - dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis.
- XI - declaração em Plenário de interpretações do Regimento.

§ 3º.- Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I - audiência de Comissão Permanente;
- II - juntada de documentos a processo ou desentranhamento;
- III - transcrição integral de proposição ou documento em ata;
- IV - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;
- V - anexação de proposições com objeto idêntico;
- VI - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;
- VII - constituição de Comissões Especiais e de Inquérito;
- VIII - retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;
- IX - convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.

**Art.106A.** Os requerimentos a que se refere o parágrafo primeiro do artigo 106 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra a expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão. (AC Decr. Leg. 001/2017)

### CAPÍTULO III

#### DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

**Art. 107-** Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão ordinária, exceto nos casos previstos no artigo 90, incisos VII, VIII e IX, deverá ser apresentada com quarenta e oito horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente.

**Art. 108-** Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

**Art. 109-** As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até quarenta e oito horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

**Art. 110-** As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

**Art. 111-** O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I - em matéria que não seja de competência do Município;
- II - que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;
- III - que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
- IV - que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;
- V - que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;
- VI - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;
- VII - que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 89 a 93 deste Regimento;

VIII - quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX - quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X - quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou argüir fatos irrelevantes ou impertinentes;

XI - quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo único- Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de cinco dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para o devido parecer.

## CAPÍTULO IV

### RETIRADA DE PROPOSIÇÃO

**Art. 112-** A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

~~I - quando de autoria de um, com apoio de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;~~

~~II - quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;~~

~~III - quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;~~

~~IV - quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;~~

I - quando de autoria de um mediante requerimento do autor;

II - quando de autoria de um, com apoio de mais Vereadores, mediante requerimento dos subscritores;

III - quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor;

IV - quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;

~~§ 1º - O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.~~

§ 1º - O requerimento de retirada de proposição não será recusado, exceto se já iniciada a discussão e votação da matéria.

~~§ 2º - Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário, pelo Plenário. (Revogado)~~

~~§ 3º - A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.~~

3º - A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do plenário. (NR Decr. Leg. 001/2017)

**Art. 113-** No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa, sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

I - as de iniciativa das Comissões Especiais;

II - as de iniciativa das Comissões Parlamentares de Inquérito;

III - as de iniciativa do Executivo sujeitas a deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.

Parágrafo único- O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

~~Art. 114-~~ Os requerimentos a que se refere o parágrafo primeiro do artigo 106 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão. **(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

## CAPÍTULO V

### DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

~~Art. 115-~~ Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.

~~§ 1º-~~ Para iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda matéria, com exceção das indicações, requerimentos e das emendas oferecidas por ocasião dos debates, será fotocopiada e distribuída a todos os Vereadores, vinte e quatro horas antes da sessão.

~~§ 2º-~~ A falta de entrega de cópia ao Vereador no prazo previsto no parágrafo primeiro, só será suprida se a cópia for entregue e aceita pelo Vereador, antes do início da sessão.

~~Art. 115-~~ Toda proposição recebida pela Mesa será numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no site da Câmara e em avulsos, para serem distribuídas aos Vereadores. **(NR Decr. Leg. 072/2013)**

**Art. 115.** Toda proposição recebida pela Mesa será numerada, datada, publicada no endereço eletrônico da Câmara e em avulsos para serem distribuídas aos Vereadores, bem como será lida em Sessão Ordinária ou Extraordinária, e depois será despachada às Comissões competentes para início de sua tramitação. **(NR Decr. Leg. 001/2017)**

**§ 1º** Para iniciar a tramitação toda matéria será imediatamente encaminhada às Comissões, com cópia aos gabinetes com o devido protocolo, com exceção das indicações, requerimentos e das emendas por ocasião dos debates em Plenário e, sua publicação na forma do art. 91 da Lei Orgânica.

**§ 2º** A falta de entrega de cópia ao Vereador na forma do parágrafo primeiro, só será suprida se a cópia for entregue e aceita pelo Vereador, antes do início da sessão. **(NR Decr. Leg. 072/2013)**

~~Art. 116-~~ Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Primeiro Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.

~~§ 1º-~~ No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

~~§ 2º-~~ Nenhuma proposição, salvo as indicações, os requerimentos e os casos previstos neste Regimento, poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes.

**Art. 116-** Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.

**§ 1º-** No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

**§ 2º-** Nenhuma proposição, salvo as indicações, os requerimentos e os casos previstos neste Regimento, poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes. **(NR Decr. Leg. 072/2013)**

~~Art. 117-~~ As emendas e subemendas serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

**Art. 117.** As emendas e subemendas, exceto as apresentadas durante as discussões das matérias, serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária. **(NR Decr. Leg. 001/2017)**

**Art. 118-** Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicando o veto a esta, a matéria será incontinentemente encaminhada a Comissão de Le-

gislação, Justiça e Redação, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no artigo 63 deste Regimento.

§ 1º.- A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º.- Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 3º.- A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 4º.- Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

~~Art. 119- Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.~~

**Art. 119** Os pareceres das Comissões Permanentes serão partes integrantes das proposições a que se referem. (NR Decr. Leg. 072/2013)

**Art. 120-** As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

Parágrafo único- No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

**Art. 121-** Os requerimentos que se referem os parágrafos primeiro e segundo do artigo 106, serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

**Art. 122-** Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido, sendo deliberado pelo Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

## CAPÍTULO VI

### DO REGIME DE URGÊNCIA

**Art. 123-** As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial.

§ 1º.- O regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidos para metade do prazo previsto neste Regimento, e a não concessão de vistas.

~~§ 2º.- Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.~~

~~§ 2º.- Caso as comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para primeira votação da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão. (NR Decr. Leg. 072/2013)~~

**§ 2º - Casos as comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para primeira votação colocará a matéria em discussão e votação, independente de parecer. (NR Decr. Leg. 001/2017)**

**Art. 124-** A concessão de urgência especial dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão, de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda, por proposta da maioria dos membros da edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.

§ 1º.- O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º.- Concedida a urgência especial, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto emitir o parecer sobre o projeto.

**Art. 125-** As proposições em regime de urgência especial e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título IV deste Regimento.

**Art. 126-** Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão.

## TÍTULO V DAS SESSÕES DA CÂMARA CAPÍTULO I DAS SESSÕES EM GERAL

**Art. 127-** As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso, às mesmas, do público em geral.

§ 1º.- Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, poder-se-á publicar a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§ 2º.- Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

- I - apresente-se convenientemente trajado;
- II - não porte arma;
- III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;
- V - atenda às determinações do Presidente.

§ 3º.- O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.

**Art. 128-** As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único- Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

**Art. 129-** A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação de dois terços dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário a preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo único- Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

~~**Art. 130-** A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão, pelo menos um quarto dos Vereadores que a compõem, não podendo, contudo deliberar sobre nenhuma matéria, sem que estejam presentes a maioria absoluta de seus membros.~~

**Art.130.** A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à Sessão, pelo menos a maioria absoluta de seus membros. (NR Decr. Leg. 001/2017)

Parágrafo único- O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

**Art. 131-** Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.

§ 1º.- A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

~~§ 2º.- Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.~~

**§2º.- O Prefeito Municipal e as autoridades visitantes recebidos em Plenário em dias de Sessão, poderão fazer uso da palavra antes do início da ordem do dia ou antes do início das considerações finais. (NR Decr. Leg. 001/2017)**

## CAPÍTULO II

### DAS ATAS DAS SESSÕES

**Art. 132-** De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º.- As indicações e os requerimentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração e as demais proposições e documentos com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2º.- A ata da sessão anterior que ficará à disposição dos Vereadores até vinte e quatro horas de antecedência, será lida e votada sem discussão na sessão subsequente.

§ 3º.- A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.

§ 4º.- Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.

§ 5º.- Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

§ 6º.- Requerida a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§ 7º.- Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§ 8º.- Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário.

§ 9º.- Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§ 10 - A ata de sessão secreta será lavrada pelo Primeiro Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de um terço dos Vereadores;

~~§ 11 - As fitas e outros meios utilizados para a gravação das reuniões, ficarão guardadas por um prazo de trinta dias.~~

**§11 As mídias e outros meios utilizados para a gravação das reuniões, ficarão guardados por um prazo de trinta dias. (NR Decr. Leg. 072/2013)**

**Art. 133-** A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.

## CAPÍTULO III

### DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

~~**Art. 134-** As sessões ordinárias serão semanais, e deverão ocorrer as segundas-feiras, com duração de até quatro horas, iniciando-se às dezoito horas. (NR\* Decr. Leg. 037/2002)~~

**Art. 134** As Sessões Ordinárias serão semanais e deverão ocorrer às segundas-feiras, com duração de até quatro horas, iniciando-se às 19:00 horas. (NR Decr. Leg. 072/2013)



**Art. 134** As Sessões Ordinárias da Câmara terão duração de até quatro horas, podendo ser prorrogadas. (NR Decr. Leg. 076/2013)

§ 1º.- A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a quinze minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º.- O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até dez minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 3º.- Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até cinco minutos antes do término daquela.

§ 4º.- Havendo dois ou mais pedidos simultâneos de prorrogação será votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.

**Art. 135-** As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Considerações Finais.

§ 1º.- No início dos trabalhos feita à chamada dos Vereadores pelo Primeiro Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

§ 2º.- Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante quinze minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

**Art. 136-** O Pequeno Expediente terá duração de trinta minutos e se destinará à leitura da ata da sessão anterior, das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo e indicações devidamente apresentadas, obedecida a ordem de leitura dos expedientes:

- I - expedientes oriundos do Prefeito;
- II - expedientes oriundos de diversos;
- III - expedientes apresentados por Vereador;
- IV - indicações.

§ 1º.- O tempo restante do Pequeno Expediente será adicionado ao Grande Expediente e assim sucessivamente até o de Considerações Finais.

§ 2º.- O Vereador só poderá falar no Pequeno Expediente, após a leitura da ata, solicitando a palavra “pela ordem” para comunicar falecimento, renúncias ou solicitar retificação da ata, não podendo ser interrompido ou aparteado.

**Art. 137-** O Grande Expediente terá duração de quarenta e cinco minutos e se destinará à leitura das demais proposições regularmente protocoladas, discussão e votação de requerimentos e indicações sujeitas à deliberação do Plenário, sendo dividido o tempo restante entre os oradores inscritos para o uso da palavra, para tratar de matérias constantes da Ordem do Dia da sessão.

§ 1º.- A leitura das matérias no Grande Expediente pelo Primeiro Secretário obedecerá a seguinte ordem:

- I - projeto de emenda à Lei Orgânica;
- II - projeto de lei complementar;
- III - projeto de lei ordinária;
- IV - veto;
- V - projeto de decreto legislativo;
- VI - projeto de resolução;
- VII - demais proposições.

§ 2º.- O Vereador que, inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

**Art. 138-** A Ordem do Dia terá duração de sessenta minutos e destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§ 1º.- Na sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.

§ 2º.- Na Ordem do Dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º.- Não se verificando quorum regimental, o Presidente aguardará por quinze minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

§ 4º.- A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.

§ 5º.- O Presidente determinará ao Primeiro Secretário a leitura de proposição:

I - constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso, de um terço dos membros da Casa, conforme o disposto neste Regimento;

II - sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.

§ 6º.- A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

I - matérias em regime de urgência especial;

II - matérias em regime de urgência simples;

III - vetos;

IV - matérias em discussão única;

V - matérias em segunda discussão;

VI - matérias em primeira discussão;

VII - recursos;

VIII - demais proposições.

§ 7º.- As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.

§ 8º.- O Primeiro Secretário procederá à leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

§ 9º.- Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia com antecedência mínima de vinte e quatro horas do início da sessão, facultado o conhecimento a todos os Vereadores.

~~§ 10 - Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, sempre que possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte e em seguida concederá a palavra para as considerações finais aos que a tenham solicitado durante a sessão ao Primeiro Secretário, observada a ordem da inscrição e o prazo regimental.~~

**§10. Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente concederá a palavra para as considerações finais dos Vereadores que a tenham solicitado ao Primeiro Secretário antes do início da ordem do dia, observado o critério de rodízio estabelecido previamente pela Secretaria da Câmara. (NR Decr. Leg. 001/2017)**

~~**Art. 139** - As Considerações Finais terão a duração de quarenta e cinco minutos e destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito até o final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por cinco minutos, facultado um terço a mais do tempo aos líderes.~~

**Art.139. As Considerações Finais destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito sobre assuntos de seu interesse, interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por oito minutos, facultado um terço a mais do tempo aos líderes. (NR Decr. Leg. 001/2017)**

§ 1º.- A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante o pronunciamento.

§ 2º.- Não havendo mais oradores para falar nas Considerações Finais, ou se ainda os houver, e o tempo regimental estiver esgotado, o Presidente declarará encerrada a sessão.

## CAPÍTULO IV DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

**Art. 140-** As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§ 1º.- Revogado. (Decr. Leg. 040/2004)

§ 2º.- Revogado. (Decr. Leg. 040/2004)

**Art. 141-** A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

- I - pelo Prefeito, quando este entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;
- II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;
- III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;
- IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto neste Regimento Interno.

~~**Art. 142-** As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita aos Vereadores com a antecedência mínima de vinte e quatro horas e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local.~~

**Art. 142** As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita aos Vereadores ou comunicação através do e.mail institucional oficial do Vereador devidamente registrado na Secretaria da Câmara de Vereadores, com a antecedência mínima de vinte e quatro horas e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local. (NR Decr. Leg. 072/2013)

Parágrafo único- Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes à mesma.

**Art. 143-** Nas sessões legislativas extraordinárias a Câmara somente poderá deliberar sobre a matéria objeto da convocação e as propostas pela maioria absoluta de seus membros. (NR\* Decr. Leg. 040/2004)

Parágrafo único - Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

## CAPÍTULO V DAS SESSÕES SOLENES

**Art. 144-** As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§ 1º.- As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§ 2º.- Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.

**Art. 145-** As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com quarenta e oito horas de antecedência, no mínimo, que indicará a finalidade de reunião.

Parágrafo único- Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

## CAPÍTULO VI DAS SESSÕES ITINERANTES

~~**Art. 146-** As sessões itinerantes realizar-se-ão mensalmente, sempre relacionadas com a alternância de bairros, não havendo prefixação de sua duração.~~

**Art. 146** As Sessões itinerantes realizar-se-ão mediante Resolução da Mesa Diretora aprovada pela maioria absoluta do plenário, sempre relacionada com a alternância de bairros, não havendo prefixação de sua duração. (NR Decr. Leg. 072/2013)

§ 1º.- As sessões itinerantes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa, nos dias e horário fixados por Resolução da Mesa.

§ 2º.- O Poder Judiciário da Comarca e o Poder Executivo deverão ser comunicados, por escrito, com antecedência de quarenta e oito horas.

## TÍTULO VI DAS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES CAPÍTULO I DAS DISCUSSÕES

**Art. 147-** Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§ 1º.- Terão discussão única:

I - resoluções;

II - requerimentos;

III - moções;

IV - pareceres;

V - relatórios;

VI - recursos;

VII - indicações, quando for o caso;

VIII - vetos;

IX - outras proposições determinadas pelo Regimento Interno;

§ 2º.- Estarão sujeitos a duas discussões todos os projetos de alteração da Lei Orgânica, projeto de lei complementar, projeto de lei e de decreto legislativo.

§ 3º.- As emendas e os substitutivos acompanharão o número de discussões a que estão sujeitas as proposições iniciais.

§ 4º.- A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

§ 5º.- As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudica a apresentação de emendas.

**§ 6º. – As proposições sujeitas a dois turnos só serão aprovadas se obtiverem os votos favoráveis em cada votação. (AC\* Decr. Leg. 036/2002)**

**Art. 148-** A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 1º.- O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulos, seções ou grupos de artigos.

§ 2º.- Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário;

**Art. 149-** Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates.

**Art. 150-** Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo único- O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.

~~**Art. 151-** O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.~~

~~§ 1º. O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.~~

~~§ 2º. Apresentados dois ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.~~

~~§ 3º. Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.~~

~~§ 4º. O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de dois dias para cada um deles.~~

**Art. 151.** O Pedido de vistas de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes do início da discussão da matéria.

§1º- O pedido de vistas aprovado será sempre pelo prazo de cinco dias;

§2º- Não será concedido pedido de vistas de matéria que se ache em regime de urgência especial;

§3º- Se houver mais de um pedido de vista, o mesmo será sucessivo para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de dois dias para cada um deles. **(NR Decr. Leg. 001/2017)**

**Art. 152-** Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I - pela ausência de oradores;

II - por decurso de prazos regimentais;

III - por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos quatro Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.

## CAPÍTULO II

### DA DISCIPLINA DOS DEBATES

**Art. 153-** Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

~~I - falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;~~

**I-falará sentado, do seu lugar de trabalho; (NR Decr. Leg. 072/2013)**

II - dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - não usará da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente ou do orador, quando for o caso;

IV - referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de excelência.

**Art. 154-** Ao Vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender as advertências do Presidente.

Parágrafo único- Para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

**Art. 155-** O Vereador somente usará da palavra:

I - no expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;

II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III - para apartear na forma regimental;

~~IV - para explicação pessoal;~~

**IV - nas considerações finais; (NR Decr. Leg. 001/2017)**

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI - para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

**VIII - quando teve seu nome citado por algum vereador, tendo o prazo de cinco minutos para suas considerações, em momento subsequente à sua citação, sem prejuízo do seu tempo de uso de tribuna. (AC Decr. Leg. 001/2017)**

**Art. 156-** O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - para leitura de requerimento de urgência;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V - para atender o pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

**Art. 157-** Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I - ao autor da proposição em debate;

II - ao relator do parecer em apreciação;

III - ao autor da emenda;

IV - alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.

**Art. 158-** Para o aparte, ou interrupção do orador por outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a três minutos;

II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;

III - não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

~~IV - o aparteante permanecerá de pé enquanto apartear e enquanto ouvir a resposta do aparteado.~~  
**(Revogado, Decr. Leg. 001/2017)**

**Art. 159-** Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - três minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;

II - oito minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda; discutir parecer, falar no Grande Expediente, nas Considerações Finais e proferir explicação pessoal;

III - dez minutos para discutir projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, artigo isolado de proposição e veto;

IV - quinze minutos para discutir a proposta orçamentária, a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa e processo de cassação do Prefeito ou Vereador, salvo quando se tratar do acusado, cujo prazo será o indicado na lei federal.

Parágrafo único- Não será permitida a sessão de tempo de um para outro orador.

## SEÇÃO ÚNICA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

**Art. 160-**Fica assegurada, conforme o previsto neste Regimento, a realização da Tribuna Popular nas sessões plenárias, em período a ocorrer logo após a leitura das proposições apresentadas à Mesa.

§ 1º.- A Tribuna Popular terá a duração de dez minutos, sem direito a apartes.

§ 2º.- Para fazer uso da Tribuna Popular, as entidades representativas legalmente constituídas e definidas como de utilidade pública, deverão apresentar requerimento, por escrito, à Presidência da Câmara, entregue na Secretaria com antecedência mínima de três dias da data requerida, informando:

- I - dados que identifiquem a entidade;
- II - nome do representante que irá manifestar-se pela entidade;
- III - assunto a ser tratado.

§ 3º.- A entidade inscrita terá o direito de utilizar a Tribuna Popular após o prazo de três dias, a contar do recebimento do pedido na Secretaria da Câmara, com a seguinte prioridade:

- I - aquela que ainda não tenha feito uso da Tribuna Popular na Sessão Legislativa em curso;
- II - aquela que, na Sessão Legislativa em curso, tenha feito uso da Tribuna há mais tempo;
- III - a primeira a inscrever-se, segundo o horário de entrega da solicitação na Secretaria da Câmara.

§ 4º.- Será dado conhecimento prévio àquela entidade que deverá ocupar a Tribuna Popular.

§ 5º.- Havendo mais de uma inscrição, para a mesma data, com abordagem do mesmo tema, o tempo será dividido entre as entidades.

§ 6º.- Havendo entendimentos, a entidade que primeiro protocolou seu pedido terá preferência na ordem de expressão ou no uso da data solicitada, podendo a outra entidade manifestar-se na sessão seguinte.

§ 7º.- A Mesa deverá informar as entidades que não farão uso da Tribuna Popular na sessão solicitada, ficando estas com suas inscrições automaticamente asseguradas oportunamente.

§ 8º.- A entidade que, por qualquer hipótese, não possa ser atendida na pretensão da data solicitada, será facultada prioritariamente a escolha de outra data.

§ 9º.- Será garantido tempo de três minutos para manifestação de cada Vereador, a propósito do tema abordado em Tribuna Popular, podendo o Vereador manifestar-se através do microfone instalado em sua mesa ou da Tribuna.

### CAPÍTULO III

#### DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

#### SEÇÃO I

#### DO QUORUM DAS DELIBERAÇÕES

**Art. 161-** As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.

~~**Art. 162-** Dependirão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:~~

~~**Art. 162** Dependirão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara as Leis Complementares, além de outros casos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento, ficando revogados os incisos de I a XI. (NR Decr. Leg. 072/2013)~~

**Art. 162.** Dependirão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara as Leis Complementares, além de outros casos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento, os seguintes:

**I- operações de crédito suplementares ou especiais com finalidade precisa;**

**II- rejeição de Veto. (AC Decr. Leg. 001/2017)**

- ~~I— código tributário do Município;~~
- ~~II— código de obras;~~
- ~~III— código de posturas;~~
- ~~IV— plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;~~
- ~~V— lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;~~
- ~~VI— lei instituidora da guarda municipal;~~
- ~~VII— perda de mandato de Vereador;~~
- ~~VIII— rejeição de veto;~~

~~IX – criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;~~

~~X – fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;~~

~~XI – obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município.~~

Parágrafo único- Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

~~**Art. 163-** Dependência de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:~~

~~I – alteração da Lei Orgânica;~~

~~II – Regimento Interno da Câmara;~~

~~III – concessão de serviços públicos;~~

~~IV – concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;~~

~~V – alienação de bens imóveis do Município;~~

~~VI – aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;~~

~~VII – denominação de próprios, vias e logradouros públicos;~~

~~VIII – concessão de títulos honoríficos e honorarias;~~

~~IX – concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;~~

~~X – transferência da sede do Município;~~

~~XI – rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas, sobre as contas do Município;~~

~~XII – alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;~~

~~XIII – criação, organização e supressão de distritos;~~

~~XIV – o recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade;~~

**Art. 163 -** Dependência de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, além dos casos previstos na Lei Orgânica, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

I – Alteração da Lei Orgânica;

II – alteração do Regimento Interno da Câmara;

III – alienação e permuta de bens imóveis do município;

IV – denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

V – concessão de títulos honoríficos e honorarias;

VI - concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;

VII - transferência da sede do Município;

VIII - rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas, sobre as contas do Município;

IX - alteração do nome do município;

X - criação, organização e supressão de distritos. **(NR Decr. Leg. 072/2013)**

**Art. 164-** Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no artigo 138, parágrafo quarto, o Vereador não poderá recusar-se a votar.

**Art. 165-** O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quorum.

§ 1º.- No curso da votação é facultado ao Vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando Vereador impedido de votar.

§ 2º.- Na hipótese do parágrafo primeiro deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

**Art. 166-** Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental da sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.

**Art. 167-** A deliberação realiza-se através da votação.



Parágrafo único- Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

## SEÇÃO II DAS VOTAÇÕES

**Art. 168-** Ressalvadas as exceções previstas no parágrafo segundo deste artigo, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

§ 1º.- Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.

§ 2º.- O voto será secreto:

~~I - na denominação de próprios, vias e logradouros públicos;~~

**I - na denominação de próprios, vias e logradouros públicos, quando o nome se tratar de pessoas falecidas ou sobrenomes familiares. (NR Decr. Leg. 001/2017)**

II - na concessão de títulos honoríficos e honrarias;

**Art. 169-** Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

§ 1º.- O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º.- O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de voto secreto, o qual será através de cédulas.

**Art. 170-** O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º.- Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§ 2º.- Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º.- O Presidente em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

**Art. 171-** A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quorum de maioria absoluta e dois terços.

**Art. 172-** Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo único- Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

**Art. 173-** Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co-partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo único- Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Município, de processo cassatório ou de requerimento.

**Art. 174-** Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo único- Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.

**Art. 175-** Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo único- Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

~~**Art. 176-** Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário de liberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.~~

**Art. 176 - Revogado. (NR Decr. Leg. 072/2013)**

**Art. 177-** O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo único - A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

**Art. 178-** Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

**Art. 179-** Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para adequar o texto à correção vernácula, sendo em seguida encaminhada à Mesa que a colocará à disposição dos demais Vereadores para conhecimento, caso queiram.

§ 1º.- Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.

§ 2º.- Havendo contradição, obscuridade ou impropriedade lingüística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo um terço dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada, se contra ela não votarem dois terços dos componentes da edilidade.

**Art. 180-** Aprovado pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para a sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo único - Os originais dos projetos de lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.

## TÍTULO VII

### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

#### CAPÍTULO I

#### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

#### SEÇÃO I

#### DO ORÇAMENTO

**Art. 181-** Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores enviando-a a Comissão de Finanças e Tributação, para recebimento de emendas nos dez dias seguintes.

**Art. 182-** A Comissão de Finanças e Tributação pronunciar-se-á em vinte dias, sobre o projeto e as emendas, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, findo os quais com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

**Art. 183-** Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Tributação e aos autores das emendas, no uso da palavra.

**Art. 184-** Se forem aprovadas as emendas, dentro de três dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Tributação para incorporação ao texto, no prazo de cinco dias, sendo em seguida reincluída

imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

**Art. 185-** Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.

## SEÇÃO II

### DAS CODIFICAÇÕES E DOS ESTATUTOS

**Art. 186-** Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídas cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação o recebimento de emendas e sugestões nos quinze dias seguintes.

§ 1º.- A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§ 2º.- A Comissão terá vinte dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

§ 3º.- Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e aos autores das emendas.

§ 4º.- Aprovada em primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais cinco dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, para segunda discussão e votação.

## CAPÍTULO II

### DO JULGAMENTO DA CONTAS

~~**Art. 187-** Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Tributação que terá vinte dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado o projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.~~

~~§ 1º.- Até sete dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Tributação receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.~~

~~§ 2º.- Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.~~

**Art. 187 -** Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização que terá o prazo de vinte dias para apresentar seu pronunciamento, bem como o Projeto de Decreto Legislativo pela aprovação ou rejeição das contas.

§1º a Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização, imediatamente após receber o Parecer do Tribunal de Contas, notificará a autoridade prestadora para que, querendo, no prazo de cinco dias, apresente defesa escrita, podendo, para tanto, constituir advogado com poderes específicos para o caso;

§2º Até sete dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas e, para responder aos pedidos de informações, poderá realizar quaisquer

diligências e vistorias em quaisquer documentos existentes na Prefeitura Municipal. (NR Decr. Leg. 072/2013)

~~Art. 188~~— O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Tributação sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurado no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.

**Art. 188** - O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças Orçamento, Tributação e Fiscalização sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurado no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.

§ único. Na Sessão em que for submetido à discussão e votação do Plenário, logo após a leitura do Projeto, o ordenador das contas poderá fazer uso da Tribuna por até 15 minutos para sua defesa, pessoalmente ou por Advogado devidamente constituído e com poderes específicos para o caso. (NR Decr. Leg. 072/2013)

**Art. 189**- Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.

**Art. 190**- Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em trinta minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

### CAPÍTULO III

#### DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

~~Art. 191~~— A Câmara poderá convocar os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário e Comissões, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

~~Parágrafo único~~— A convocação será feita por ofício do Presidente da Câmara e/ou das Comissões, com prazo nunca inferior a dez dias.

**Art. 191** A Câmara poderá, mediante requerimento aprovado pelo Plenário, convocar Secretários Municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário ou em reunião de Comissões, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o executivo.

§ único. Aprovado o requerimento, a convocação, com prazo nunca inferior a cinco dias, será encaminhada mediante ofício do Presidente da Câmara, designando a data para o comparecimento. (NR Decr. Leg. 072/2013)

### TÍTULO VIII

#### DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

### CAPÍTULO I

#### DAS INTERPRETAÇÕES E DOS PRECEDENTES

**Art. 192**- As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Parágrafo único- Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação, na solução de casos análogos.

**Art. 193**- Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

### SEÇÃO ÚNICA DA ORDEM

**Art. 194-** Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º.- As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º.- O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não considerar a questão levantada.

§ 3º.- Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.

§ 4º.- Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.

**Art. 195-** Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra “pela ordem”, para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo 194.

## CAPÍTULO II

### DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO E DE SUA REFORMA

**Art. 196-** A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

**Art. 197-** Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separata.

**Art. 198-** Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da edilidade mediante proposta:

I - da maioria absoluta dos Vereadores;

II - da Mesa em colegiado;

~~III - de uma das Comissões Permanentes da Câmara. (Revogado, Decr. Leg. 001/2017)~~

## TÍTULO IX

### DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA

**Art. 199-** Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

§ 1º.- Caberá ao Primeiro Secretário supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.

§ 2º.- O Regulamento Interno obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:

I - descentralização e agilização de procedimentos administrativos;

II - orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal;

III - adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.

**Art. 200-** As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.

**Art. 201-** A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:

- I - de atas das sessões;
- II - de atas das reuniões das Comissões;
- III - de atas das reuniões da Mesa;
- IV - de registro de leis, decretos legislativos e resoluções;
- V - de termos de posse de funcionários;
- VI - de declaração de bens dos Vereadores;
- VII - de termo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- VIII - de termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§ 1º.- Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.

§ 2º.- Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por outro sistema equivalente.

## TÍTULO X

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 202-** A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

**Art. 203-** Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

**Art. 204-** Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

**Art. 205-** Lei complementar de infrações político-administrativas, bem como a Lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderão ser votadas através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes da bancada, desde que observados os princípios e normas gerais da legislação federal específica.

**Art. 206-** Será criado dentro de cento e oitenta dias da publicação deste Regimento, o Código de Ética Parlamentar.

**Art. 207-** Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil, administrativa e penal.

~~**Art. 208-** À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.~~

**Art.208.** Aos casos conexos ou omissos serão utilizados, subsidiariamente, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. (NR Decr. Leg. 001/2017)

**Art. 209-** Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente a Resolução nº. 002/93.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2001.

**JÚLIO CÉSAR RIBEIRO / PDT**  
PRESIDENTE

**RUI “KUKA” SCHÜRMANN / PPB**  
1º. SECRETÁRIO